

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração, finanças e geração de valor

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração, finanças e geração de valor / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-779-6

DOI 10.22533/at.ed.796210402

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração, Finanças e Geração de Valor” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TAMANHO DA FIRMA, NOVO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO FINANCEIRO

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104021

CAPÍTULO 2..... 28

A AUDITORIA À LUZ DO PARADIGMA SISTÊMICO

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luis Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson Andre Escher

DOI 10.22533/at.ed.7962104022

CAPÍTULO 3..... 37

ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A AUDITORIA INDEPENDENTE

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104023

CAPÍTULO 4..... 59

AVALIAÇÃO DO GRAU DE MATURIDADE DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO BANCÁRIO EM ANGOLA SEGUNDO A METODOLOGIA COSO

Luzolo João Manuel

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.7962104024

CAPÍTULO 5..... 80

APLICAÇÃO DO TERMÔMETRO DE KANITZ NO BRASIL EM EMPRESAS QUE PEDIRAM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Renato Borges Freitas

Ana Paula Ferreira da Silva

James Anthony Falk

DOI 10.22533/at.ed.7962104025

CAPÍTULO 6..... 96

LA DIRECCIÓN EN LA GESTIÓN DE LAS PYMES DE QUITO

Andrés Palacio-Fierro

Hugo Arias-Flores

DOI 10.22533/at.ed.7962104026

CAPÍTULO 7	103
FRANQUIA EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE FRANQUIAS GOIANAS NO OLHAR DO FRANQUEADOR	
Luiz Fernando Gonçalves da Silva Araújo	
Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de Lima	
Irene Reis	
Kellen Crystina Pereira dos Reis	
Vanessa Teles dos Santos Dias	
DOI 10.22533/at.ed.7962104027	
CAPÍTULO 8	125
OS ENTRAVES E AS OPORTUNIDADES DAS INDÚSTRIAS SERGIPANAS: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INOVAÇÃO	
Jorge Luiz Cabral Nunes	
Jonas Pedro Fabris	
DOI 10.22533/at.ed.7962104028	
CAPÍTULO 9	134
INOVAÇÃO EM EMPRESAS FAMILIARES: O CASO DA EMPRESA SORVDELI	
Rozali Araújo dos Santos	
Everson Franklin Dambroz Ribas	
Jaciera Treter Sippert	
DOI 10.22533/at.ed.7962104029	
CAPÍTULO 10	147
INICIAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luis Freiburger	
Daniel Tenconi	
Danielle Martins Leffer	
Alisson Andre Escher	
DOI 10.22533/at.ed.79621040210	
CAPÍTULO 11	158
DE <i>BOUTIQUES</i> À <i>POP-UP STORES</i> : NOVOS FORMATOS DE VAREJO DE MODA E NOVAS ESTRATÉGIAS PARA LOJAS DE DEPARTAMENTO	
Valdecir Babinski Júnior	
Mariana Moreira Carvalho	
Dulce Maria Holanda Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.79621040211	
CAPÍTULO 12	171
ANÁLISE DE FORMAÇÃO DE PREÇO: BUSCA DE RESULTADOS EM UM MERCADO DE BAIRRO	
Daniel Andrei Rodrigues da Silva	
Luísa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.79621040212	

CAPÍTULO 13.....	183
ESTRATÉGIA DE COOPETIÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS JOGOS - COOPERATIVAS LÁCTEAS DE MINAS GERAIS	
Nidelson Teixeira Falcão Alexandre Teixeira Dias Davi Rogério de Moura Costa	
DOI 10.22533/at.ed.79621040213	
CAPÍTULO 14.....	210
ESTRATÉGIA COMO FONTE DE CAPTAÇÃO DE CLIENTES PARA EMPRESA THE WORK FIT ACADEMIA EM TERESINA – PI	
Rafael Levi Vieira de Abreu Erick Henrique de Sousa Costa José Janielson da Silva Sousa Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho Aníbal da Silva Cantalice Jessica Alves da Silva José Santana da Rocha Stênio Lima Rodrigues Wesley Fernandes Araújo Luzia Rodrigues de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.79621040214	
CAPÍTULO 15.....	224
ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL EQUATORIANA	
Gabriel Arturo Pazmiño Solys Washington Marcelo Gallardo Medina Santiago Omar Ortiz López Edison César Merino Garzón Luis Alfredo Morán Macias Danny Iván Colcha Guachamin	
DOI 10.22533/at.ed.79621040215	
CAPÍTULO 16.....	236
CAMINHOS FUTUROS: REPENSANDO A MOBILIDADE URBANA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS	
Anelisa de Assis Campos Kreicy Mara Teixeira Viviane Santos Pereira Ana Lúcia Maria Miranda Juliana Costa Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.79621040216	
CAPÍTULO 17.....	246
CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – FLORIANÓPOLIS/SC: O USO DE	

UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) NO AUXÍLIO À GESTÃO PÚBLICA

Sarah Toso Mendes

DOI 10.22533/at.ed.79621040217

CAPÍTULO 18.....259

TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A “NOVA” ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AS REDES SOCIAIS E OS NOVOS DESAFIOS - DIRETRIZES E O PROCESSO NORTEADOR PARA A FANPAGE DA PREFEITURA DE BRUSQUE

João Paulo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040218

CAPÍTULO 19.....275

O GASTO PÚBLICO INFLUENCIA O CRESCIMENTO ECONÔMICO OU É O CRESCIMENTO ECONÔMICO QUE INFLUENCIA O GASTO PÚBLICO? ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Mateus Rodarte de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.79621040219

CAPÍTULO 20.....288

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

José Mário Bispo Sant'Anna

Luiz Fernando Dalmonch

Francisco José de Oliveira Andrade

Gildo Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040220

CAPÍTULO 21.....315

ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA FRENTE A LOS DESAFÍOS FISCALES DE LA OCDE Y EL G-20 EN EL E-COMMERCE

Antonio Faúndez-Ugalde

Rafael Mellado-Silva

María Blanco Lobos

DOI 10.22533/at.ed.79621040221

CAPÍTULO 22.....326

AÇÕES PARA DESENVOLVER O TURISMO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DE TERCEIRO SETOR NA CIDADE DE PETROLINA-PE

Maria Evilene de Souza Landim

Ítalo Anderson dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.79621040222

CAPÍTULO 23.....339

LA AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA EN EL CANTÓN LOJA-PROVINCIA DE LOJA-ECUADOR, 2016

Victor Eduardo Chininín Campoverde

Mayra Tatiana González Román

Franco Eduardo Hidalgo Cevallos

María Isabel Ordóñez Hernández

Fanny Yolanda González Vilela
Eduardo José Martínez Martínez
Ignacia Luzuriaga Granda
Ricardo Miguel Luna Torres

DOI 10.22533/at.ed.79621040223

CAPÍTULO 24.....357

**PRÁTICA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO: GESTÃO DE COMPETÊNCIAS OU
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS?**

Edilaine de Azevedo Vieira

Lidiane do Prado Reis

Helena de Fátima Nunes Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040224

CAPÍTULO 25.....367

QUALIDADE DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES

Tuani Carla Fuzati

Carolina Mamede Pereira

DOI 10.22533/at.ed.79621040225

SOBRE O ORGANIZADOR.....381

ÍNDICE REMISSIVO.....382

O GASTO PÚBLICO INFLUENCIA O CRESCIMENTO ECONÔMICO OU É O CRESCIMENTO ECONÔMICO QUE INFLUENCIA O GASTO PÚBLICO? ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Mateus Rodarte de Carvalho

Brasília - DF

<http://lattes.cnpq.br/6992504522505424>

RESUMO: Atualmente, a relação entre tamanho do governo e crescimento econômico vem ganhando destaque, por conta do cenário macroeconômico permeado por uma crise financeira dos estados brasileiros e da União com reflexos econômicos acentuados a partir do ano de 2015. O tamanho do gasto público e da participação do setor público na economia brasileira são peças relevantes para analisar o crescimento econômico. Os efeitos de políticas fiscais sobre o crescimento econômico destacam-se no âmbito das finanças públicas não só pelos argumentos de que os altos custos da tributação, aliados à alocação ineficiente dos gastos públicos que promovem uma forte barreira ao crescimento econômico, mas também pelo enfoque que considera que uma regra para o crescimento sustentável se programa pela manutenção da oferta de bens públicos, os quais consistem em externalidades positivas sobre o nível de atividade econômica ao encorajar o investimento, proporcionando, assim, uma condição ótima em direção ao crescimento econômico. O intuito desta pesquisa é demonstrar a importância do setor público na composição das variáveis do PIB – Produto Interno Bruto no Distrito Federal

e a relação dos gastos público do Governo do Distrito Federal no crescimento econômico da própria Unidade da Federação e se não houvesse setor público no DF quais as implicações no PIB. Foi plausível dimensionar e identificar o comportamento das receitas e despesas públicas do GDF no período de 2007 a 2018, tendo como base os dados coletados do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, Companhia de Planejamento do DF - CODEPLAN e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período de 2007 a 2017. Ao analisar o PIB do DF, evidenciou o tamanho e a relevância do setor público na economia do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento Econômico, Gasto Público, Receita Pública, Despesa Pública, PIB.

DOES PUBLIC SPENDING INFLUENCE ECONOMIC GROWTH OR IS ECONOMIC GROWTH THAT INFLUENCE PUBLIC SPENDING? STUDY OF PUBLIC FINANCES IN THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT: Currently, the relationship between the size of the government and economic growth has been gaining prominence, due to the macroeconomic scenario permeated by a financial crisis in the Brazilian states and the Union Federal, with accentuated economic reflexes since 2015. The size of public spending and participation of the public sector in the Brazilian economy are relevant pieces to analyze the economic growth. The effects of fiscal policies on economic growth stand out in the scope of public finances not only because of the arguments that

the high costs of taxation, combined with the inefficient allocation of public spending that promote a strong barrier to economic growth, but also because of the focus that considers that a rule for sustainable growth is programmed by maintaining the supply of public goods, which consist of positive externalities on the level of economic activity when encouraging investment, thus providing an optimal condition towards economic growth. The purpose of this research is to demonstrate the importance of the public sector in the composition of the Gross Domestic Product variables in the Federal District and the relationship of public spending of the Government of the Federal District - GDF in the economic growth of the Federation State itself and if there was no sector public in DF what are the implications for GDP. It was plausible to measure and identify the behavior of GDF public revenues and expenses in the period from 2007 to 2018, based on the data collected from the Integrated Government Management System – SIGGo, Planning Company - CODEPLAN and the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, from 2007 to 2017. When analyzing the GDP of the DF, it showed the size and relevance of the public sector in the economy of the Federal District.

KEYWORDS: Economic Growth, Public Spending, Public Revenue, Public Expenditure, GDP.

1 | INTRODUÇÃO

Em momentos de crise financeira que, atualmente, o país, os estados e os municípios vêm experimentando, o Estado como um todo deve preocupar com a qualidade e efetividade do gasto com a despesa pública considerando o desenho comportamental da arrecadação de suas receitas e o impacto no crescimento econômico. Os efeitos de políticas fiscais sobre o crescimento econômico destacam-se no âmbito das finanças públicas não só pelos argumentos dos altos custos da tributação, aliados à alocação ineficiente dos gastos públicos que promovem uma forte barreira ao crescimento econômico, mas também pelo enfoque que considera que uma regra para o crescimento sustentável se programa pela manutenção da oferta de bens públicos, os quais consistem em externalidades positivas sobre o nível de atividade econômica ao encorajar o investimento, proporcionando, assim, uma condição ótima em direção ao crescimento econômico.

O contexto da instabilidade política trazido pelos escândalos políticos a partir de 2005 e a forte crise política de 2014, somado a desaceleração da economia mundial e com grandes eventos esportivos, copa das confederações e do mundo e olimpíadas, sediados no Brasil gerou um cenário econômico crítico e um baixo crescimento da economia o que se transformou no ambiente perfeito para discussões sobre a qualidade do gasto público e sua função na economia de um Estado, seja o Brasil, os estados, o DF e os municípios. Assim, em função ao destaque que vem sendo dado aos gastos públicos no cenário econômico brasileiro e distrital nos últimos 10 (dez) anos; ressaltando a mudança da legislação orçamentária, é que se propôs, para a presente pesquisa, o seguinte tema: **O gasto público influencia o crescimento econômico ou é o crescimento econômico que influencia o gasto público? Estudo das finanças públicas do Distrito Federal.**

A proposta desse tema levou em consideração a evidência do setor público como responsável direto pelo PIB do DF, uma vez que se situa no Distrito Federal a capital federal Brasília levando a uma maior movimentação nos gastos públicos. Desta forma, o trabalho buscou modelar e desenhar o tamanho do setor público distrital no PIB do DF e sua relação direta no crescimento econômico buscando responder a pergunta do tema da pesquisa.

Neste contexto, o intuito desta pesquisa é demonstrar a importância do setor público na composição das variáveis do PIB no Distrito Federal e a relação dos gastos público do Governo do Distrito Federal no crescimento econômico da própria Unidade da Federação e se não houvesse setor público no DF quais as implicações no PIB. Procura-se avaliar mais especificamente como a os setores da economia e a composição do gasto público, tanto na ótica da despesa quanto da receita públicas, contribuem para o crescimento econômico Distrito Federal.

2 | DESENVOLVIMENTO

Os gastos públicos são definidos no processo orçamentário em que se fixa a receita pública e determina a despesa pública. O termo “gasto público” é associado diretamente e exclusivamente à despesa pública, porém, deve-se entender e relacionar à receita pública, porque o gasto público é financiado pela arrecadação dos tributos pelo Estado. Por exemplo, se o Estado apresenta expressiva arrecadação de tributos, poderá gastar na mesma proporção e obter o equilíbrio das contas públicas (despesa versus receita), ou ainda, o Estado poderá aumentar a poupança pública no ano corrente e nos anos seguintes realizar novos gastos públicos seja de infraestrutura do Estado ou custeio da máquina administrativa pública.

O princípio do equilíbrio das finanças públicas é o balizador dos gastos públicos e deve ser reverenciado para o balanceamento das contas públicas. Quando o Estado apresenta baixas taxas de crescimento econômico e estagnação da arrecadação que financia o setor público, o Estado recorre a empréstimos para pagar seus gastos, porém, a amortização desse empréstimo gera aumentos de despesa nos próximos anos. Neste cenário de recessão econômica e restrição dos empréstimos públicos, o Estado deve conter seus gastos para diminuir o tamanho das suas despesas públicas e promover ações que reduza o tamanho do setor público como o processo de privatizações e as parcerias público-privadas. Assim, entende-se que o elemento estratégico fundamental das finanças públicas equilibradas é a restrição de gastos públicos.

Segundo os conceitos da teoria macroeconômica, tem-se o equilíbrio do modelo keynesiano, quando o produto é igual à demanda agregada. A equação simples desse modelo de equilíbrio é expressa como $Y=DA$, em que Y é igual ao produto total (PIB – Produto Interno Bruto) e DA é igual à demanda agregada. A demanda agregada (DA) é composta por três elementos: o consumo por parte das famílias (C), a demanda por

investimentos desejados pelas empresas (I) e o setor público, ou seja, o gasto do Governo (G). Desta forma, a equação de equilíbrio é $Y = DA = C + I + G$.

A publicação por Keynes em 1935 do livro Teoria geral do emprego, juro e da moeda revolucionou o pensamento econômico mundial e tinha como objetivo primordial eliminar a recessão dos EUA. Segundo Keynes, as recessões são resultados da falta de investimento privado para absorver as poupanças, tanto interna quanto externa, que seriam geradas quando o país encontrava no pleno emprego. A solução para sanar essa recessão seria aumentar o gasto público em obras de investimento e infraestrutura que levaria aos déficits públicos em épocas de recessão, porém, geraria superávits diante da ameaça de inflação. Esse pensamento de Keynes é contrário à teoria ortodoxa em que diz que o orçamento público do país deve obedecer aos princípios do equilíbrio da economia doméstica, ou seja, a teoria ortodoxa é contra o déficit público.

Para que o Estado desenvolva e apresente taxas significativas de crescimento econômico e atinja o pleno emprego, o mesmo deve deixar os mercados livres (“mão invisível”) e ao mesmo tempo deve intervir diretamente na economia, ofertando bens, serviços e obras públicos. Assim, o Estado deve manter a teoria da “mão invisível” descrita por Adam Smith em seu livro A Riqueza das Nações publicada em 1776 que diz que os mercados se equilibram por conta própria, ou seja, o mercado superavitário será absorvido pelo mercado deficitário promovendo o bem-estar econômico geral. O Estado, também deve intervir diretamente na economia com a política de aumento dos gastos públicos.

Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2009), os objetivos do orçamento público são alcançados em razão da capacidade do Estado em sensibilizar o desenvolvimento econômico por meio da combinação dos recursos arrecadados da sociedade (receitas públicas) com a realização da despesa pública que são os gastos públicos em prol desta mesma sociedade. O Estado, ao aplicar as receitas públicas em programas e ações que respeitem os objetivos do planejamento da política do orçamento público, estará exercendo seu poder regulador e influenciador junto ao mercado de bens e serviços da economia em benefício do bem-estar da sociedade; é o Estado deixando um pouco de lado a “mão invisível” de Adam Smith e intervindo na economia e influenciando o crescimento econômico.

O orçamento público não gera e nem cria receitas públicas, mas sim filtra e redistribui as riquezas a serem arrecadadas nos cofres públicos, conhecida como a “Teoria do Filtro” que nada mais é do que “filtrar” em despesa pública o que se pretende arrecadar dos contribuintes. Na sua dimensão política pública, o orçamento explicita as prioridades do plano de governo, enquanto na dimensão econômica do orçamento se revela e quantifica o plano de ação governamental que intervirá nas atividades econômicas e fiscais e como consequência no desenvolvimento e crescimento econômico do Estado. O orçamento público é, portanto, um processo contínuo, dinâmico, tempestivo e flexível que transforma em termos financeiros o plano de governo para um hiato temporal de um exercício financeiro.

Segundo a teoria de finanças públicas, justifica-se a intervenção do Estado na economia como forma de buscar a correção das imperfeições de mercado que impedem a sociedade de alcançar o estágio de bem-estar sem que o Estado exerça alguma forma de ajuste sobre os fatores econômico; e mais, o objetivo central das finanças públicas é fomentar a plena ocupação e o controle da demanda agregada do Estado. Assim, as finanças públicas estão orientadas para a gestão das operações correlacionadas entre a receita e a despesa públicas e para a distribuição, a utilização e o controle dos recursos financeiros do Estado que serão arrecadados para realizar os dispêndios.

Foram gerados e apresentados 3 (três) modelos que buscaram responder a pergunta motora do trabalho e o Quadro 1 apresenta um resumo da modelagem utilizada em cada modelo, isolando a variável explicada e as explicativas, assim como o objetivo específico de cada modelo.

Modelo	Variável Explicada	Variáveis Explicativa	Modelagem	Objetivo do Modelo
1 (um)	PIB do DF	Setor público federal, gasto público do GDF, despesas com pessoal ativo e inativo; investimento e serviços da dívida, estas últimas despesas do GDF.	Os valores absolutos (sem balanceamentos e sem modelagem) dos dados	Explicar a relação do PIB com variáveis dos gasto do DF, mas o modelo foi ruim para explicar a variação do PIB do DF.
2 (dois)	PIB do DF	Indústria da construção, atividades financeiras, imobiliárias e profissionais técnicos.	Os dados do modelo foram tratados com a diferenciação do logaritmo dos valores absolutos encontrados	Explicar a relação do PIB sem o setor público. Como o PIB se comportaria se o DF não tivesse Setor Público?
3 (três)	Consumo	Receita Tributária, Demais Rceeitas Correntes, Demais Receitas de Capital e Receitas Intraorçamentárias.	Os dados do modelo foram modelados com logaritmo dos valores absolutos, sem diferenciação de um ano para o outro	Analisar a analogia do setor de serviços ligado ao consumo com a arrecadação das receitas públicas

Quadro 1 – Resumo dos Modelos Utilizados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Para atender o objetivo deste trabalho e mensurar a relação de gasto público com crescimento econômico do DF, coletou-se os dados no site do IBGE e da CODEPLAN e no SIGGo que é o sistema contábil que se encontra todas as informações da execução orçamentária e financeira do Governo do DF.

Os dados referentes à despesa pública do DF são do orçamento fiscal e de seguridade social em que exclui as informações do orçamento investimento das empresas estatais distritais, como CAESB, CEB, TERRACAP, evitando, assim, dupla contagem no

PIB. Os gastos públicos do GDF foram obtidos e considerados como a despesa liquidada extraída no SIGGo.

A variável do PIB do DF “administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” foi considerada como gasto público geral que inclui tanto do governo federal quando do governo distrital. O DF é uma Unidade da Federação híbrida que apresenta características e funções de município e de estado ao mesmo tempo, é onde se encontra a capital federal, Brasília, sede de, praticamente, todos os órgãos da União. O governo do DF não mantém financeiramente o poder judiciário do DF que é pago em sua integridade pelo governo federal, assim como as polícias civil e militar e o corpo de bombeiro militar do DF por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

Ao analisar os valores dos componentes do PIB do DF em conjunto com os valores do gasto público exclusivamente do DF esperava-se encontrar uma proporção significativa destes gastos. Porém, observou-se que o setor público federal é bem mais expressivo, representa 86,59%, na média, e o gasto público do GDF representa 13,41%, também na média, ambos comparados com o PIB. Justifica-se essa proporção do setor público federal, porque se situa geográfica, econômica e administrativamente no DF; os órgãos públicos federais do poder executivo em Brasília, todos os tribunais superiores e os tribunais de justiça do DF são pagos com recursos do governo federal, assim como todo o poder legislativo federal estão em Brasília.

Para modelagem dos dados coletados utilizou-se dois programas de estatística, o próprio *Excel* e o *Stata 15*. Para suavizar os dados e eliminar os valores fora do padrão (*outlier*) foram utilizados logaritmo e diferenciação dos valores absolutos coletados para modelar a regressão e, assim, obter melhor interpretação das porcentagens apresentando resultados mais convincentes. Calculou-se e analisou algumas variáveis econométricas e estatísticas, entre elas: a correlação, o erro padrão, os coeficientes da regressão, o R-quadrado e o R-quadrado ajustado, entre outras.

O modelo utilizado para analisar a relação entre gasto público e crescimento é a regressão linear dos dados em painel coletados. As averiguações empíricas da relação gastos públicos com o crescimento econômico inspiraram na estrutura teórica de crescimento econômico endógeno de Barro (1991) que estudou o crescimento per capita do PIB e a relação entre investimento privado e público. O modelo de Barro (1991) considera que os serviços públicos desempenham a função de insumos no processo produtivo que aumenta a produtividade do setor privado. Assim, os serviços públicos geram externalidades positivas para o setor privado inferindo uma correlação positiva entre o governo e o crescimento econômico.

Os modelos dos dados escolhidos para a obtenção dos resultados deste trabalho foram em painel, mesmo a amostra sendo pequena, com isso pretende-se verificar se o setor público influencia no crescimento econômico. Os modelos, descritos no Quadro 1 gerados com regressão linear seguiram a seguinte estrutura de equação de modelagem:

$Y = E(Y|X = x) + \varepsilon = \alpha + \beta x + \varepsilon$. Sendo que: a) Y: variável explicada ou dependente (aleatória); b) X: variável explicativa ou independente medida sem erro (não aleatória); c) α : coeficiente de regressão, que representa o intercepto (parâmetro desconhecido do modelo -> a estimar); d) β : coeficiente de regressão, que representa o declive (inclinação) (parâmetro desconhecido do modelo -> a estimar); e) ε : erro aleatório ou estocástico, onde se procuram incluir todas as influências no comportamento da variável Y que não podem ser explicadas linearmente pelo comportamento da variável X. Uma aplicação muito importante de um modelo de regressão é a previsão de novas ou futuras observações de Y, $Y_f(x)$ correspondente a um dado valor da variável explicativa X, $f(x)$.

Observaram-se nos dados coletados que o governo do DF é responsável, na média, por 15% do setor público desta Unidade Federativa. A cidade Brasília é capital federal do Brasil e os órgãos centrais do governo federal, também chamado de União e a estrutura orgânica, tais como presidência, ministérios, agências reguladoras, sedes dos bancos públicos federais, órgãos centrais federais encontram-se geograficamente no DF e fomentam o setor público do DF, pois toda essa composição gera despesa pública financiada pela União.

O setor da economia de serviço é responsável por 90% do PIB e desta parcela, o setor público comporta 51%. Assim, 46% do PIB do DF correspondem à esfera pública e quaisquer ações e movimento nas despesas públicas, seja do governo federal ou distrital, terá um efeito multiplicador no renda, bem mais significativo.

O Gráfico 1 mostra a progresso da taxa de crescimento tanto da receita quanto da despesa públicas totais do governo do DF entre 2007 a 2018 e se verifica assimetria a partir de 2014, quando a crise política do Brasil tomou uma dimensão maior e interferiu diretamente nos índices econômicos e na confiança da sociedade e que por sua vez refletiu na crise financeira dos estados brasileiros e era de esperar que o Distrito Federal fosse afetado.

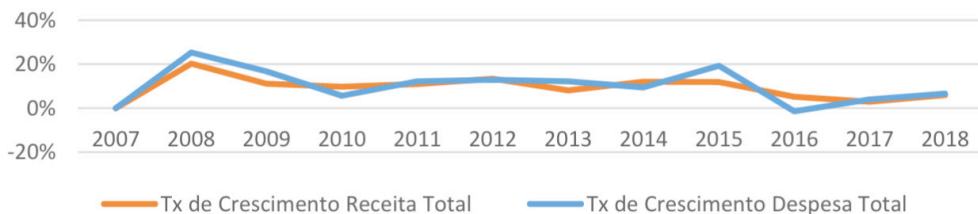


Gráfico 1: Taxa de Crescimento da Receita e Despesa Públicas do DF de 2007 a 2018

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIGGo.

O Gráfico 2 confirma que a receita corrente é principal receita arrecadada e acompanha a evolução da arrecadação geral no período analisado. Em contrapartida, segundo dos dados coletados, observa-se uma instabilidade evolutiva das receitas de capital, justificada por ser uma receita decorrente, principalmente, de convênio e operações de crédito que pode mudar de um ano para o outro, segundo a política e os acordos do governo, salienta-se o aumento de 179,80% entre 2010 a 2013, Observa-se que, na média, a receita tributária e receita corrente representam, respectivamente, 65,3% e 92,8% do total das receitas arrecadadas; concluindo que a maior parte do gasto público do governo do DF é pago pela receita arrecadada de tributos necessitando de montante menor de empréstimos externos que reflete em montante menor de pagamento do serviço da dívida.

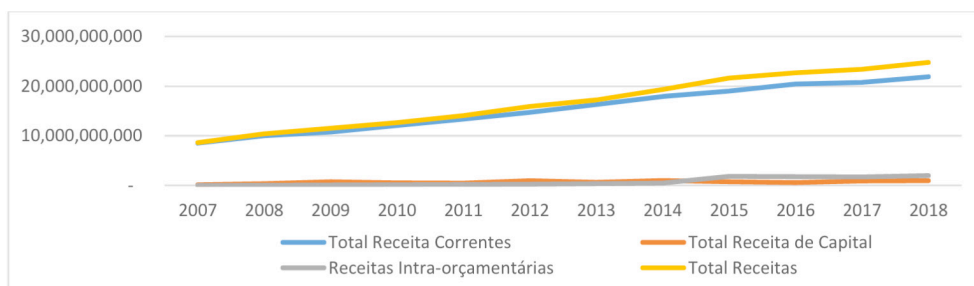


Gráfico 2: Dinâmica da Receita Pública do DF por Categoria Econômica entre 2007 a 2018

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIGGo

O mapa de calor da correlação das receitas públicas do GDF com os setores da economia que compõe o PIB do DF mostrou que as maiores correlações dos setores da economia são com a receita tributária e as menores das receitas públicas são com o setor das indústrias extrativas, justifica-se porque o DF não é um ente industrial. Curiosamente, o setor industrial da construção apresenta correlações, relativamente, baixas em relação às receitas. Destaque-se a correlação de 0,804050 do setor industrial com o total de receita de capital, uma vez que, normalmente, as operações de créditos e demais receitas de capital são utilizadas em despesas com investimentos que movimentam o setor industrial de um estado.

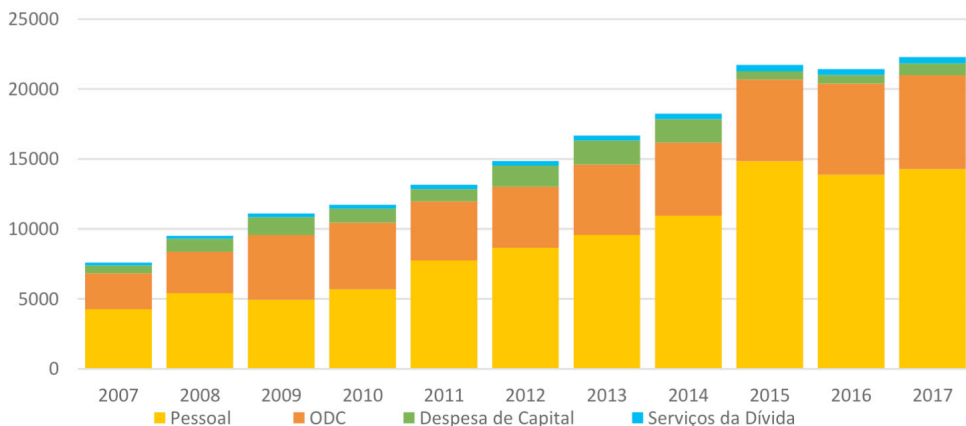


Gráfico 3: Dinâmica da Despesa Pública do DF por Grupo de Despesa de 2007 a 2017

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIGGo

Analisando o Gráfico 3, verifica-se um crescimento de 213,1% no total das despesas públicas do DF e que o grupo de despesas de pessoal representa, na média, 58,9% e a despesas de capital responsável pelas obras e compra de material permanente representa apenas 7,3% com picos de representatividade em 2009, 2012 e 2013, a variação destes dois últimos anos se justifica pelas obras feitas para os eventos esportivos da Copa das Confederações e do Mundo.

Verifica-se uma queda no grupo de pessoal de 2008 para 2009, podendo ser justificado pela crise política no governo do DF decorrente do escândalo da “caixa de Pandora” em que alterou a estrutura administrativa do governo do DF e não houve novas nomeações de servidores; e, também, houve um salto de 2014 para 2015 na despesa liquidada, mais evidente no grupo de pessoal justificado por dois motivos. Primeiramente, pelo fato que parte das despesas da folha de pessoal referente à competência de dezembro de 2014 terem sido empenhadas, liquidadas e pagas em janeiro de 2015. O segundo motivo foi que, em 2015, inicia-se um novo governo com um esqueleto de dívidas anteriores e ele precisava ajustar as contas contábeis e financeiras, para isso, como ação governamental, editou-se um crédito orçamentário extraordinário para que toda a despesa de pessoal de competência dezembro de 2015 fosse empenhada e liquidada no mesmo exercício, mesmo que o pagamento fosse feito com arrecadação de receitas do ano seguinte, desta forma, a despesa liquidada do grupo de pessoal em 2015 apresentou um *outlier* e em 2016 apresentou uma queda. Os demais grupos de despesas mantiveram a simetria na evolução de crescimento.

Os índices estatísticos do modelo 1 (um) gerado com os valores absolutos (sem balanceamentos e sem modelagem dos dados) e exibiu um R-quadrado de 0,999943, um R-quadrado ajustado de 0,666477 (baixo) e um erro padrão, que mede a dispersão dos

valores observados em relação à equação da reta da regressão, de 3.678,068 (alto); neste caso, as variáveis escolhidas no modelo 3 explicam pouco a variação do PIB quando essas variáveis são modificadas, ou seja, é um modelo ruim para explicar a variação do PIB do DF.

Sabe-se que, a um nível de significância de 5%, o *stat-t* acima de 1,96 explica bem o modelo e o Valor-p explicativo é algo em torno de 0,025. O modelo 1 (um) mostra que a variável setor público federal é estaticamente significativa, pois tem *stat-t* de 6,923706 e Valor-p de 0,006177. Demais variáveis não explicam bem o modelo por apresentarem valores estatísticos não significantes a 5%. O coeficiente da variável “setor público federal” de 2,591903 diz que a cada R\$1 bilhão despendido no setor público federal, aumento o PIB, em média, R\$2,59 bilhões. Considerando que os números e as análises estatísticos não são significantes, como a variância, o *stat-t*, o erro padrão e o valor-p; levaram a um poder explicativo pequeno acerca da variação do PIB que pode ser explicado pelo tamanho pequeno da amostra (onze anos apenas), pelo uso de valores absolutos e não de logaritmo e diferenciação, ou seja, pela falta de ajustes de tendências nos valores amostra.

Segundo a correlação do setor público com o PIB do DF, já era de se esperar coeficientes com nível explicativo menor no modelo 2 (dois) rodado sem os componentes do setor público. Os dados do modelo 2 (dois) foram tratados com a diferenciação do logaritmo dos valores absolutos encontrados. O R-quadrado de 0,7085 e R-quadrado ajustado de 0,4753 foram baixos, confirmando a importância do setor público no PIB do DF e sem ele a capacidade de explicar o PIB seria incompleta, isto é, há um viés de variável omitida. Verificou-se que os valores estatísticos do modelo 2 (dois) rodado sem o setor público considerando as seguintes variáveis: indústria da construção, atividades financeiras, imobiliárias e profissionais técnicos. A variável, atividades financeiras, que faz parte do setor de serviços apresenta o melhor coeficiente e a interpretação é que se aumentar 1% no montante das atividades financeiras (atividades relacionadas ao mercado bancário de crédito e de investimentos), o PIB do DF cresce 0,2364%.

É salutar analisar a analogia do setor de serviços ligado ao consumo com a arrecadação das receitas públicas, para tanto foi rodado o modelo 3 (três); porém, os índices estatísticos encontrados (R-quadrado de 0,588077 e R-quadrado ajustado de 0,258539) foram aquém do esperado e por isso, desse modelo 3 (três) tem pouco poder explicativo. Mesmo com pouco poder explicativo, este modelo 3 (três) mostra o coeficiente da receita tributária de 1,175, isto é, aumentar 1% na arrecadação da receita tributária, aumenta em 1,175% no setor de consumo da economia do DF.

3 | CONCLUSÃO

Ao analisar o PIB do DF por meio dos três modelos comprovam a teoria macroeconômica dos componentes da renda de um país, em destaque o consumo e

governo (setor público) e ainda, evidenciou o tamanho e a relevância do setor público na economia do Distrito Federal.

Os resultados obtidos indicaram que os gastos públicos do GDF expandiram 213,1% entre 2007 a 2018, como se observa na Tabela 6.1 que detalha a taxa de crescimento por tipo de despesa pública. Salienta-se que a despesa com pessoal apresentou o maior aumento e a despesa de capital o menor, sendo que esta última é responsável pelos investimentos públicos na economia do estado.

Despesa Pública	Taxa de Crescimento (%)
Pessoal	247,20
Outras Despesas Correntes	186,70
De Capital	87,30
Serviços da Dívida	176,60
Geral	213,10

Tabela 1 – Evolução das despesas públicas do DF no período de 2007 a 2018

Fonte: Elaboração própria com dados do SIGGo.

A receita pública total do DF cresceu 187%, menos que despesa pública, conforme a Tabela 6.1, vale destacar a expansão da receita de operação de crédito que expandiu de R\$31 milhões, em 2007, para R\$562 milhões, em 2018, representando um crescimento de 1.694,3%; já a receita tributária saltou de R\$6.074 bilhões, em 2007, para R\$15.811 bilhões, em 2018, representando aumento de 160,3%.

No entanto, no período estudado aconteceram três grandes eventos esportivos de relevância mundial no Brasil com jogos em Brasília, Copa das Confederações de Futebol, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas Esportivas. E repercutiu diretamente nas contas públicas que impactou o aumento dos gastos públicos decorrentes das grandes e volumosas obras necessárias para receber os eventos na cidade, como construção de estádios, pavimentação de vias, disponibilidade à internet gratuita, entre outras. Entre os anos de 2013 a 2016 quando ocorreram estes eventos, o crescimento do PIB do DF e dos gastos do GDF foi, respectivamente, 49,58% e 44,31%.

O modelo 2 (dois) examinou a constante PIB sem considerar o setor público com intuito de verificar como seria o Distrito Federal apenas com setor privado e os dados, tratados com a diferenciação do logaritmo dos valores absolutos encontrados, mostraram o R-quadrado de 0,7085 e o R-quadrado ajustado de 0,4753, ambos foram baixos, confirmando a importância do setor público no PIB do DF e sem ele a capacidade de explicar a renda (PIB) seria incompleta e por isso a relevância e importância dos gastos públicos nesta unidade da federação.

Foi possível observar a importância do gasto público em cada modelo, mesmo aquele que não tinha o setor público como algum tipo de variável, o que sinaliza para a conclusão que o gasto público que influencia o crescimento econômico na economia do Distrito Federal. Dentre os principais resultados obtidos pela análise econométrica, observou-se que a convergência dos gastos públicos do GDF, do setor público geral no Distrito Federal e do próprio terceiro setor da economia, o de serviços, possui um efeito positivo sobre o crescimento econômico do DF. Assim, qualquer decisão dos gestores públicos no planejamento de governo que implique em comprometimento do orçamento público com aumento das despesas públicas em proporções maiores que das receitas públicas, seja de longo ou curto prazo, deve levar em consideração as variáveis isoladas e em conjunto do PIB, particularmente a existência ou não de impacto positivo e representativo no crescimento econômico.

Respondendo a pergunta do título deste trabalho: o gasto público influencia o crescimento econômico ou o crescimento econômico influencia o gasto público? Pode-se concluir que, no Distrito Federal, o gasto público influencia o crescimento econômico e sem o setor público, o PIB é pouco explicado.

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) alterou a conjuntura econômica, social e de forma de vida de todo o mundo. Alguns estudiosos dizem que a pandemia do COVID-19 tem e terá resultados mais devastadores que a crise de 1929 nos EUA. O setor público ligado à saúde está sendo peça fundamental para controlar e combater o novo coronavírus e irá aumentar o gasto público; resta saber, se o impacto no crescimento será positivo ou negativo, ou mesmo, se será o suficiente para cobrir a queda do desempenho da economia decorrente do isolamento social, uma vez que se espera crescimento negativo da economia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano, MEDEIROS, Márcio e FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**, Editora Gestão Pública 2008.

BARRO, R. J. **Economic Growth in a Cross Section of Countries**. The Quarterly Journal of Economics, v. 106, n. 2, p. 407-443, maio 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo**. Revista de Economia Política, v. 39, n. 2 (155), pp. 211-235, abr-jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Revista de Cultura e Política, n. 93, pp. 33-60, dez. 2014.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**, Editora Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas Teoria e Prática no Brasil**, Editora Elsevier 2011.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda**, Editora Nova Cultura, 1996.

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

MANKIW, N. G. **Princípios de macroeconomia**, Editora Pioneira Thomson Learning 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. Editora: Atlas, 2010.

PEREIRA, P. T., AFONSO, A., ARCANJO, M., SANTOS, J. C. G. **Economia e Finanças Públicas**, Escolar Editora 2012.

PULIDO, J. P. R. **Una visión poskeynesiana del gasto público**. *Equidad & Desarrollo*, v. 5, p. 81-94, jan-jun. 2006.

Site da CODEPLAN Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/>>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

SOLOW, R.M. **A contribution to the theory of economic growth**. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, Feb. 1956.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 192, 195, 225, 226, 227, 228, 230, 234, 235, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356

Auditoria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 115, 381

Auditoria Externa 3, 8, 23, 25, 43, 55, 59, 71

Auditoria Independente 3, 9, 10, 22, 25, 26, 27, 37, 39, 42, 52, 53, 58

B

Boutiques 158, 159, 162, 166, 168

Branqueamento de Capitais 59, 64

Brasil 5, 6, 9, 15, 17, 21, 22, 23, 27, 33, 35, 39, 41, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 118, 121, 123, 124, 128, 129, 131, 135, 150, 165, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 223, 235, 258, 262, 264, 270, 273, 276, 281, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 296, 297, 300, 305, 309, 310, 311, 312, 316, 338, 341

C

Captação de Clientes 210, 211, 212, 213, 216

Cemitério São Francisco de Assis 246

Cibersegurança 59, 75

Competitividade 39, 123, 125, 131, 132, 135, 157, 166, 183, 184, 185, 195, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 214, 372, 374, 375

Compliance 59, 61, 65, 70, 76, 325

Comunicação 6, 259, 269, 271, 273, 326, 329, 336, 338

Comunicação Pública 259, 269, 270, 271, 273

Conhecimento 14, 17, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 69, 83, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 122, 123, 127, 131, 138, 147, 149, 152, 156, 159, 168, 172, 177, 181, 186, 213, 215, 220, 239, 242, 244, 246, 253, 330, 337, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 378

Contabilidade 1, 2, 5, 8, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 35, 37, 40, 42, 53, 54, 56, 57, 58, 64, 85, 95, 124, 140, 171, 181, 182, 183, 298

Controlo Interno 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

Cooperativas Lácteas 183

COSO 22, 59, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73

Crescimento Econômico 151, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 288, 289, 290, 291, 292,

293, 294, 295, 296, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 314

Cualitativo 339

Cuantitativo 99, 339

D

DEA 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 56, 57

Desarrollo Sostenible 224, 233, 354

Desempenho Financeiro 1, 3, 10, 20, 21, 23, 50, 56, 58

Desenvolvimento Sustentável 194, 236, 238, 245

Despesa Pública 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 309

Dirección Empresarial 96

Dívida Pública 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314

E

E-Commerce 158, 161, 163, 168, 315, 317, 318, 322, 323

Economia 2, 24, 57, 58, 60, 64, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 95, 104, 107, 108, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 140, 151, 156, 159, 183, 192, 205, 207, 242, 249, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 310, 312, 313, 325

Economía Digital 315, 316, 317, 319, 320, 324, 325

Eficiência Econômica 37, 38, 39, 45, 52, 53

Empreendedorismo 144, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157

Empresas Familiares 58, 134, 135, 136, 139, 143, 144, 145, 146

Estrategia 224, 225, 229, 231, 233, 234

Estratégia de Coopetição 183, 184, 187

Estratégias 34, 68, 70, 84, 124, 131, 135, 141, 151, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 181, 184, 185, 188, 190, 191, 194, 198, 199, 201, 203, 205, 206, 208, 211, 212, 216, 220, 221, 222, 242, 243, 328, 357, 360, 362, 363, 367

Expectativas 105, 111, 112, 114, 119, 120, 121, 214, 215, 224, 233, 373

F

Facebook 126, 259, 262, 265, 267, 268, 269, 272, 273, 318

Fanpage 259, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272

Funciones Administrativas 96

G

Gasto Público 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 286, 287, 291, 313, 353

Gestão de Competências 357, 358, 359, 361, 362, 363, 364

Gestão de Risco 3, 59, 60, 61, 69, 70, 71, 72, 76

Gestão do Conhecimento 28, 147, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365

Gestão por Competências 357, 358, 360, 362, 363, 364, 365

Gestão Pública 210, 241, 242, 243, 246, 247, 251, 252, 254, 256, 257, 286

I

Impuestos 315, 321

Índice de Desempenho Econômico 37, 38, 39, 52

Indústria 4.0 125, 131

Industrialização 125, 127

Inovação 60, 64, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 156, 209, 241, 242, 248, 253, 292, 329, 360, 365

Introdução 2, 29, 34, 35, 38, 39, 60, 80, 104, 126, 131, 135, 137, 141, 147, 148, 151, 159, 171, 172, 183, 208, 209, 211, 237, 247, 258, 259, 261, 276, 288, 327, 358, 368, 371, 379

L

Liderazgo 96, 97, 99, 102

Lojas de Departamento 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169

M

Mercado 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 16, 22, 23, 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 52, 53, 56, 58, 64, 71, 80, 81, 82, 84, 85, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 135, 137, 138, 141, 143, 144, 147, 152, 154, 155, 159, 160, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 177, 183, 184, 185, 193, 195, 196, 197, 203, 207, 211, 212, 214, 215, 226, 273, 278, 279, 284, 288, 310, 321, 322, 332, 338, 347, 348, 349, 351, 353, 375

Mobilidade Urbana 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Motivação 67, 108, 146, 153, 222, 241, 367, 373

Motivación 96, 97, 98, 100, 101

N

Novo Relatório de Auditoria 1, 3, 5, 6, 7, 20, 43, 53

Núcleo Temático 326, 327, 330, 331

O

Organização de Terceiro Setor 326, 328

Organizações 24, 28, 31, 32, 35, 45, 55, 80, 81, 86, 87, 93, 94, 152, 153, 154, 157, 171, 173, 183, 184, 189, 191, 194, 195, 200, 202, 204, 211, 262, 272, 328, 329, 338, 357, 358,

359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 374, 375, 379, 380

P

Paradigma Sistêmico 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

Parâmetros 339

Pesca Artesanal 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235

PIB 63, 97, 104, 125, 128, 129, 133, 135, 192, 196, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315

Políticas Públicas 77, 149, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 245, 260, 269, 270, 289, 291, 308, 309, 310, 322, 323, 341, 355

Ponto de Equilíbrio 171, 172, 176, 177, 185

Prospectiva 224, 225, 235

PYMES 96, 97, 98, 99, 101, 102

Q

Qualidade da Auditoria 1, 4, 5, 9, 12, 15, 18, 19, 38, 39, 41, 52, 53, 58

Qualidade de Vida 212, 237, 239, 251, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 378, 379, 380

R

Receita Pública 131, 275, 277, 282, 285

Redes Sociais 221, 238, 259, 262, 265, 336

Rendeiras do Vale 326, 327, 331, 332, 336, 337

S

SIG 246, 253, 254, 257

Sistema de Informação 59, 61, 65, 66, 78, 246, 253, 254

Subsistência 340

T

Tecnologia 4, 61, 125, 127, 131, 132, 136, 145, 146, 253, 259, 260, 261, 262, 269, 273, 374, 379, 381

Teoria dos Jogos 183, 185, 188, 189, 190, 204, 205, 206, 208

Teoria dos Sistemas 28, 31, 32, 33

Turismo Social 326, 327, 328, 330, 333, 334, 335, 336, 337, 338

V

Varejo de Moda 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Viabilidade 12, 171, 172, 173, 177, 181, 265, 289

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 